

Mais incentivo para deter migrante

GDF vai estender a outros estados programas sociais como Bolsa Escola e Saúde em Casa na tentativa de conter êxodo desordenado

Rovênia Amorim
Da equipe do **Correio**

Retirar das ruas de Brasília os indigentes que ficam mendigando comida e dinheiro diante dos semáforos. Pagar a passagem e mandá-los de volta não adianta. A Fundação do Serviço Social do Distrito Federal já constatou que eles voltam em busca das esmolas generosas da população. É preciso algo melhor

que convença essas pessoas a ficarem onde estão, nas suas próprias cidades.

É justamente isso o que o Governo do Distrito Federal vai tentar fazer. Em junho, o governador Cristovam Buarque lança o Programa de Desmigração, que pretende atender as 500 famílias que perambulam pelas ruas do Plano Piloto. A idéia é assinar convênios com os governos estaduais e federal e prefeituras para criar programas que atendam a essa

massa de migrantes.

"Sai mais barato criar a Bolsa Escola lá do que dar qualquer outro benefício para eles aqui", acredita Cristovam Buarque. O governador explica que, com a medida, pretende estender programas sociais do Distrito Federal para os outros estados, como a Bolsa Escola, as agroindústrias familiares e o Saúde em Casa.

"A IDÉIA DO PROGRAMA É BRILHANTE, MAS TEM DE SER FEITA DE FORMA CUIDADOSA PARA QUE O FEITIÇO NÃO SE VOLTE CONTRA O FEITICEIRO"

Maria José Feres
secretária da Criança e Assistência Social

com o governo da Bahia. É das cidades baianas de Irecê e Barreiras que partem 80% dos migrantes para o Distrito Federal. Dos 20% restantes,

Mas, a proposta do GDF é de que se incentive também a reforma agrária nos estados. "Estamos trabalhando nesse sentido com o Ministério da Reforma Agrária", adianta Cristovam. O primeiro convênio de parceria deve ser assinado

a leva mais significativa vem de Minas Gerais.

Decreto criando o Programa de Desmigração já foi assinado pelo governador e publicado no Diário Oficial do Distrito Federal em 7 de abril. A Secretaria da Criança e Assistência Social coordena agora a regulamentação da lei. Grupo de trabalho envolvendo as secretarias da Agricultura e do Entorno e entidades não-governamentais foi criado para definir os critérios de seleção das famílias que serão beneficiadas. Um deles será o tempo de permanência no Distrito Federal.

"Queremos ter condições de favorecer o retorno dessas pessoas em melhores condições para a sua

terra de origem ou para outro lugar", diz a secretária da Criança e Assistência Social, Maria José Feres. "A idéia do programa é brilhante, mas tem de ser feita de forma cuidadosa para que o feitiço não se volte contra o feiticeiro. Ou seja, para que a família tenha expectativas de vida na cidade dela e não retorne nunca mais", explica.

Para não correr o risco disso acontecer, a experiência começará com 60 famílias de migrantes. Todas receberão profissionalização no Centro de Apoio Social de Taguatinga Sul, onde os migrantes ficam 30 dias antes de receber passagem de volta para casa. A idéia é que o programa se torne viável por meio de parcerias.